

*A. Expediente  
em andamento  
transmitidos no  
dia 11.  
22/07/97*



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA



MENSAGEM N.º 13

João Pessoa, 22 de julho de 1997.

Senhor Presidente.

Encaminho à apreciação do Poder Legislativo, por intermédio de V. Exa., o anexo projeto de lei que **"Dispõe sobre o valor do vencimento do Grupo Ocupacional Apoio Judiciário, extingue e absorve gratificações, e dá outras providências."**

O Grupo Ocupacional Apoio Judiciário, cujas atribuições funcionais são de guarda e segurança do Sistema Penitenciário do Estado sempre teve remuneração compatível com as categorias funcionais do Grupo Polícia Civil, até por que se assemelham em suas funções institucionais.

Assim sendo, ao longo do tempo foram sendo concedidas gratificações aos seus integrantes de modo tal que se tornou muito complexa a política salarial ora vigente para este grupamento de servidores públicos.

Desse modo, visando estabelecer procedimentos mais simples para a condução da política de remuneração do Grupo Ocupacional Apoio Penitenciário, submeto à apreciação dessa Casa projeto de lei onde se extingue e incorpora gratificações aos vencimentos das diversas categorias funcionais os integrantes do mencionado grupo, a exemplo do pretendido para as outras categorias policiais do Estado.

Esperando contar com a contumaz colaboração de V. Exa. e dignos membros para uma rápida apreciação e favorável decisão à matéria em apreço, aproveito o ensejo para reiterar meus protestos de consideração e apreço.

*JOSE TARGINO MARANHÃO*  
**JOSE TARGINO MARANHÃO**  
Governador

Assessoria ao Plenário  
Constituiu no Expediente

Exmo. Sr.  
Deputado Inaldo Rocha Leitão  
DD. Presidente da Assembleia Legislativa  
N e s t a

193 07 87  
*[Signature]*  
Diretor da Ass. ao Plenário





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA



PROJETO DE LEI N.º

785/97

Dispõe sobre o valor do vencimento do Grupo Ocupacional Apoio Judiciário; extingue e absorve gratificações, e dá outras providências.

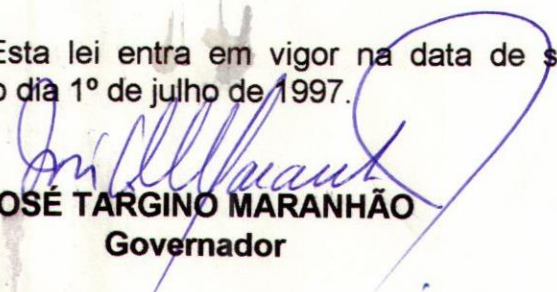
Art. 1º - O vencimento básico dos servidores do Grupo Ocupacional Apoio Judiciário, código GAJ-1700, não será inferior ao salário mínimo nacional unificado.

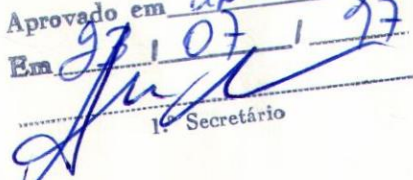
Art. 2º - Os valores atuais das gratificações de risco de vida e de dedicação exclusiva previstas na Lei n.º 5.744, de , de 09 de junho de 1993, e da gratificação de atividades penitenciárias, prevista na Lei n.º 5.868, de 11 de abril de 1994, extintas na forma desta Lei, são absorvidas pelos vencimentos básicos dos integrantes de cada categoria funcional do Grupo Ocupacional Apoio Judiciário, código GAJ-1700, conforme Tabelas I e II anexas.

Art. 3º - A Gratificação de Insalubridade devida aos integrantes do Grupo Ocupacional GAJ-1700 na forma do disposto nos arts. 197, inciso XII, e 210, da Lei Complementar n.º 39, de 26 de dezembro de 1985, corresponderá a 20% (vinte por cento) do valor do vencimento básico do servidor.

Art. 4º - Ficam revogados o art. 2º, da Lei n.º 5.744, de 09 de junho de 1993, o art. 3º, da Lei n.º 5.868 de 11 de abril de 1994, e demais disposições em contrário.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de julho de 1997.

  
JOSÉ TARGINO MARANHÃO  
Governador

Aprovado em único Turno  
Em 97 / 07 / 97  
  
1.º Secretário



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA



TABELA I  
Art. 2º da Lei n.º

CATEGORIA FUNCIONAL	CLASSE	VENCIMENTO BÁSICO
GAJ-1701	A	223.68
	B	246.44
	C	270.68

*am*

Aprovado em único Turno

Em 27 / 09 / 93

*[Signature]*  
1.º Secretário





# GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA



TABELA II  
Art. 2º. da Lei n.º

CATEGORIA FUNCIONAL	CLASSE	VENCIMENTO BÁSICO
GAJ-1707	A	447.40
	B	492.16
	C	541.40

*mm*

Aprovado em única Turno

Em

23/07/97

*[Signature]*  
1.º Secretário



ESTADO DA PARAÍBA  
**Assembléia Legislativa**  
*Casa de Eptácio Pessoa*



Registrado no Livro de Plenário  
às Fls. \_\_\_\_\_ Sob No 705/97  
EM 22 07 1997

Publicado no Diário do  
Legislativo do Dia 1/1  
de 1997

SECRETÁRIO

Remetido à Secretaria Legislativa

Em 22 07 1997  
Gonçalves B. Ribeiro  
Diretor da Ass. ao Plenário

Deputado com Relato  
o Deputado  
Em 22 07 1997

Relato  
Presidente

**ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
CASA DE EPITÁCIO PESSOA**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PROJETO DE LEI Nº 785 /97**

Aprovado o Parecer em  
discussão única.

Em 23/07/97

SECRETÁRIO

*Dispõe sobre o valor do vencimento do Grupo Ocupacional Apoio Judiciário; extingue e absorve gratificações, e dá outras providências.*

**AUTOR: O GOVERNADOR DO ESTADO**

**RELATOR: DEP. TARCIZO TELINO**

**P A R E C E R Nº 127/97**

**I - RELATÓRIO**

Apresenta-se para análise e emissão de parecer por essa Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Projeto de Lei da lavra do Exmo. Sr. Governador do Estado. Dispõe a epigrafada proposição, sobre o valor do vencimento do Grupo Ocupacional Apoio Judiciário; extingue e absorve gratificações, e dá outras providências.

Justificando sua iniciativa, o chefe do Poder Executivo arrima sua decisão na necessidade de estabelecer procedimentos mais simples para a condução da política de remuneração do Grupo de servidores dos Judiciário.

Este é o Relatório

Aprovado o Parecer em  
discussão única.

Em 23/07/97

SECRETÁRIO

**II - VOTO DO RELATOR**

Diante das atribuições estatuidas pela Constituição Estadual e pelo Regimento Interno da Casa de Epitácio Pessoa, esta relatoria, observando os aspectos inerentes à sua competência, na análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Boa Técnica Legislativa, passa a declinar meu voto sobre a presente matéria.

**COMPETÊNCIA DE INICIATIVA  
ADMISSIBILIDADE DA MATÉRIA**



**ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
CASA DE EPITÁCIO PESSOA**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Conforme pode-se detectar, a iniciativa do Exmo. Sr. Governador, realmente visa adequar os salários dos servidores atingidos pela pleiteada medida a realidade econômica do estado, haja vista as categorias que serão atingidas não possuírem remuneração compatível com o restante o Judiciário, assim sendo, não se justifica que ao longo do tempo, as distorções salariais tenham sido complexamente apurada através de inúmeras e injustificáveis gratificações.

Dessa forma, fica clara que a pretensão governamental espelha-se na política adotada pelo Executivo, corrigindo distorções e gerando organização em meio a maior austeridade e desenvolvimento.

Assim, em nada verificamos óbices que impeçam a possibilidade Constitucional e Jurídica do Projeto de Lei em análise, o qual corrobora-se com uma técnica legislativa satisfatória, motivo pelo qual, o voto dessa relatoria é pela Constitucionalidade, Juridicidade, Boa Técnica e consequentemente pela sua aprovação.

É como voto

Sala da Comissão, em 22 de julho de 1997

Dep. **TARCIZO TELINO**  
RELATOR

**III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, acosta-se ao voto do senhor Relator, opinando pela Constitucionalidade, Juridicidade e Boa Técnica Legislativa do Projeto em tela.

Este é o Parecer

Sala da Comissão, em 22 de julho de 1997

Aprovado o Parecer em  
discussão única.

Em

Dep. SECRETÁRIO

Dep. ZENÓBIO TOSCANO

PARECER

ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
CASA DE EPITÁCIO PESSOA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

  
Dep. TARCIZO TELINO  
MEMBRO

  
Dep. ANTONIO IVO  
MEMBRO

  
Dep. FERNANDO MELO  
MEMBRO

Dep. JOÃO PAULO  
MEMBRO


  
Dep. VITAL FILHO  
MEMBRO

Dep. FRANCISCO LOPES  
MEMBRO

  
Dep. DOMICIANO CABRAL  
SUPLENTE

  
Dep. NILO FEITOSA  
SUPLENTE

TÉC.BEL.CRP

Aprovado o  em  
discussão única.  
Em, 23/07/97  
  
Secretário

DECLARAÇÃO DE VOTO :

Voto favorável ao Projeto de autarquia dos governadores que cumpre a determinação constitucional do menor vencimento ser igual a um salário mínimo, em virtude da sua legalidade. Entretanto, discordando da sua discriminação, o que viola frontalmente o art. 37, X, da CF, quando prevê a redução da remuneração dos servidores públicos na mesma data. Por outro lado, do houve discordância dos servidores civis e militares com a proposta negociada pelos representantes das entidades





ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária

**PROJETO DE LEI Nº 785/97**

DISPÕE SOBRE O VALOR DO  
VENCIMENTO DO GRUPO; EXTINGUE E  
ABSORVE GRATIFICAÇÕES, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR :Governador do Estado

RELATOR: Dep.

**PARECER**

**I - RELATÓRIO**

A Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária, recebe para exame e parecer o Projeto de Lei Nº. 785/97, da lavra do Chefe do Executivo Estadual, Dr. José Targino Maranhão, e que dispõe sobre o valor do vencimento do Grupo Ocupacional Apoio Judiciário; extingue e absorve gratificações, e da outras providencias.

É relatório.

**II - VOTO DO RELATOR**

A matéria apresentada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no tocante aos aspectos financeiro e orçamentário, apresentam-se em perfeita sintonia com a capacidade de empenhamento das despesas de custeio geradas pela iniciativa do Projeto, existindo as dotações de pessoal específicas no orçamento vigente.

Aprovado e *PARCER*  
discussão única. em

Em, *23* / *07* / *97*

*[Assinatura]*  
1º Secretário

Aprovado o Parecer  
discussão única.

Em, *23* / *07* / *97*

*[Assinatura]*



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária**

Pelo exposto, nosso posicionamento é pela aprovação do Projeto de Lei Nº 785/97, na sua forma original.

É o voto.

Sala das Comissões, em 22 de julho de 1997.

*Ariano F. Fernandes*  
**RELATOR**

**III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária, adota e recomenda o parecer do Senhor Relator pela aprovação do Projeto de Lei Nº 785/97, na sua forma original.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de julho de 1997.

*Relator*  
DEP. GERVÁSIO MAÍIA  
PRESIDENTE

*Ariano F. Fernandes*  
DEP. ARIANO FERNANDES  
MEMBRO

DEP. NILO FEITOSA  
MEMBRO

*Jose Luiz Junior*  
DEP. JOSÉ LUIZ JÚNIOR  
MEMBRO

DOMICIANO CABRAL  
MEMBRO

*Valdecia Amorim*  
DEP. VALDECIAMORIM  
MEMBRO

*Vital Filho*  
DEP. VITAL FILHO  
MEMBRO

Aprovado o Parecer em  
discussão única.

Em \_\_\_\_\_

*[Signature]*  
1º SECRETÁRIO





ESTADO DA PARAÍBA  
**Assembléia Legislativa**  
*Casa de Epitácio Pessoa*


Emenda N.º 01/97 ao Projeto de Lei N.º 785/97

Dispõe sobre o valor do vencimento do Grupo Ocupacional apoio Judiciário; extingue e absorve gratificações e dá outras providências.

Suprima-se os Artigos 2º, 3º, 4º, do Projeto de Lei N.º 785, mantendo-se as gratificações da Lei 5.744 de 25 de fevereiro de 1993.  
e 5868.

Sala das Sessões, em 23 de julho de 1997.

  
Vital do Rêgo Filho  
Deputado Estadual

REJEITADA POR MAIORIA  
DE VOTOS EM  
ORDINARIA REALIZADA  
NO DIA 23.07.97  
  
1º Secretário



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
*Casa de Epitácio Pessoa*

**OFÍCIO Nº 556/97**

**João Pessoa, em 23 de julho de 1997.**

*Senhor Governador.*

*Encaminho a Vossa Excelência o autógrafo do Projeto de Lei nº 785/97, de autoria do GOVERNADOR DO ESTADO que "Dispõe sobre o valor do vencimento do Grupo Ocupacional Apoio Judiciário; extingue e absorve gratificações, e dá outras providências."*

*Atenciosamente.*

**INALDO LEITÃO**  
**Presidente**

*Ao Excelentíssimo Senhor*  
**JOSÉ TARGINO MARANHÃO**  
**GOVERNADOR DO ESTADO**  
**NESTA** •





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
*Casa de Eptácio Pessoa*

**AUTÓGRAFO Nº 291/97**  
**PROJETO DE LEI Nº 785/97**

**Dispõe sobre o valor do vencimento do Grupo Ocupacional Apoio Judiciário; extingue e absorve gratificações, e dá outras providências.**

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:**

**Art. 1º** - O vencimento básico dos servidores do Grupo Ocupacional Apoio Judiciário, código GAJ-1700, não será inferior ao salário mínimo nacional unificado.

**Art. 2º** - Os valores atuais das gratificações de risco de vida e de dedicação exclusiva previstas na Lei nº 5.744, de 09 de junho de 1993, e da gratificação de atividades penitenciárias, prevista na Lei nº 5.868, de 11 de abril de 1994, extintas na forma desta Lei, são absorvidas pelos vencimentos básicos dos integrantes de cada categoria funcional do Grupo Ocupacional Apoio Judiciário, código GAJ-1700, conforme Tabelas I e II anexas.


**Art. 3º** - A Gratificação de Isalubridade devida aos integrantes do Grupo Ocupacional GAJ-1700 na forma do disposto nos arts. 197, inciso XII, e 210, da Lei Complementar nº 39, de 26 de dezembro de 1985, corresponderá a 20% (vinte por cento) do valor do vencimento básico do servidor.

**Art. 4º** - Ficam revogados o art. 2º, da Lei nº 5.744, de 09 de junho de 1993, o art. 3º, da Lei nº 5.868 de 11 de abril de 1994, e demais disposições em contrário

*Nim*

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de julho de 1997.

**Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, João Pessoa,  
em 23 de julho de 1997.**

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, sweeping arch followed by several smaller, connected loops.

**INALDO LEITÃO**  
Presidente



**TABELA I****Art. 2º Da Lei nº**

<b>CATEGORIA FUNCIONAL</b>	<b>CLASSE</b>	<b>VENCIMENTO BÁSICO</b>
<b>GAJ-1701</b>	<b>A</b>	<b>223,68</b>
	<b>B</b>	<b>246,44</b>
	<b>C</b>	<b>270,68</b>

*Mis*

**TABELA II**  
**Art. 2º da Lei Nº**

CATEGORIA FUNCIONAL	CLASSE	VENCIMENTO BÁSICO
GAJ-1707	A	447,40
	B	492,16
	C	541,40

